

Examen de ingreso - Noviembre 2012

Nombre: _____ D.N.I.: _____

(A) Compreensão Auditiva e Produção Escrita

A seguir, você vai ouvir 3 (três) vezes o artigo “*UPPs Social: ações sociais para a consolidação da pacificação*” dos autores Ricardo Henriques e Silvia Ramos.

A partir da audição,

1. Marque Certo, Errado ou Não dá para saber segundo o caso.

	C	E	?
a) UPP Social tem pouca chance de ser copiada em outros lugares e exige muitos recursos			
b) Com a transferencia do programa para o Município, em janeiro de 2011, os resultados melhoraram sensivelmente			
c) O setor privado fornece ao programa de gás de cozinha, energia e comunicação			
d) O programa deve ter a capacidade de reorientar o rumo dos membros da comunidade a partir do aprendizado sistemático produzido pelas equipes em campo			
e) O desafio do modelo é produzir nas favelas pacificadas da cidade do Rio de Janeiro, um programa de gestão de projetos sociais que permita a integração da comunidade.			
f.) O programa se desenvolveu na forma piloto em 13 comunidades representativas do universo das 3 favelas principais que haviam recebido UPPs até o final de 2010			
g) O programa UPP Social foi planejado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e faz parte da Secretaria de Cooperação Social e Assistência Coletiva,			
h) O Governo do Estado se encarrega dos serviços de água, segurança pública e o ensino médio.			

2. Escreva, em espanhol, um resumo do fragmento escutado.

A UPP Social e o futuro

O programa UPP Social foi concebido a partir da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, no âmbito do Governo do Estado do Rio de Janeiro. O programa se desenvolveu na forma piloto em 3 comunidades representativas do universo das 13 favelas que haviam recebido UPPs até o final de 2010: Providência, Cidade de Deus e Complexo do Borel.

As experiências foram desenvolvidas nessas comunidades, incluindo a criação de fóruns permanentes de diálogo com as instituições locais; a presença de pequenas equipes de gestores-pesquisadores capazes de produzir diagnósticos a partir de estudos quantitativos e qualitativos e da escuta de demandas comunitárias; e a criação de uma unidade central de gestão encarregada de articular as ações com as esferas municipais, estaduais e federais, em coordenação com as diversas ações do setor privado e do terceiro setor. As experiências revelaram que o programa tem grande potencial de ampliação para todas as UPPs, baseado no modelo testado. Trata-se de ação complexa do ponto de vista da institucionalidade dos poderes públicos e ambiciosa do ponto de vista da cultura tradicional de gestão governamental e não governamental nos territórios de favelas, mas por outro lado os recursos exigidos se resumem à contratação e treinamento de equipes locais pequenas, constituídas por gestores com capacidade de análise e diagnóstico, e a realização de monitoramentos e avaliações que podem ser realizados sistematicamente pelas equipes no território. Nesse sentido, a UPP Social demanda poucos recursos e tem grande possibilidade de ser replicada.

Em janeiro de 2011, o programa foi transferido para o Município, por meio de um acordo entre os governos do Estado e da Cidade do Rio de Janeiro e foi instituída a UPP Social Carioca. Efetivamente, a maior parte dos serviços públicos ofertados nas favelas é de responsabilidade do Município (atenção básica à saúde, ensino fundamental, assistência social, limpeza e conservação, habitação e urbanismo etc.). As principais áreas coordenadas pelo Governo do Estado são a própria segurança pública, o ensino médio, o serviço de água e outros. Energia, comunicação e gás de cozinha são providos pelo setor privado.

O desafio do programa a partir do Município segue o mesmo, e não é trivial: produzir na cidade do Rio de Janeiro, nas favelas pacificadas, um modelo de gestão de programas sociais com função integradora, sem ascendência hierárquica sobre os atores envolvidos, participativa e com capacidade de reorientar seus rumos a partir do aprendizado sistemático produzido pelas equipes em campo.

RESULTADOS

A partir da audição,

1. Marque Certo, Errado ou Não dá para saber segundo o caso.

	C	E	?
a) UPP Social tem pouca chance de ser copiada em outros lugares e exige muitos recursos		x	
b) Com a transferência do programa para o Município, em janeiro de 2011, os resultados melhoraram sensivelmente			x
c) O setor privado fornece ao programa de gás de cozinha, energia e comunicação	x		
d) O programa deve ter a capacidade de reorientar o rumo dos membros da comunidade a partir do aprendizado sistemático produzido pelas equipes em campo	x		
e) O desafio do modelo é produzir nas favelas pacificadas da cidade do Rio de Janeiro, um programa de gestão de projetos sociais que permita a integração da comunidade.	x		
f.) O programa se desenvolveu na forma piloto em 13 comunidades representativas do universo das 3 favelas principais que haviam recebido UPPs até o final de 2010		x	
g) O programa UPP Social foi planejado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e faz parte da Secretaria de Cooperação Social e Assistência Coletiva,		x	
h) O Governo do Estado se encarrega dos serviços de água, segurança pública e o ensino médio.	x		

Examen de Ingreso - Noviembre de 2012

Nombre: _____ D.N.I.: _____

(B) Leitura e Produção Escrita

Leia, em anexo, o artigo *A saída não é o isolamento* de Rudá Ricci, publicado na seção *Tendências e Debates* do jornal Folha de São Paulo em 13/03/2010.

- a) Explique, com suas próprias palavras, qual é a posição do autor e que argumentos ele utiliza para defendê-la.
- b) A partir da leitura do texto e conforme sua própria visão, escreva um texto argumentativo explicitando qual é a relação entre educação, sociedade e papel do Estado no contexto argentino.

A saída não é o isolamento

RUDÁ RICCI

O caso recente em que a Justiça de Timóteo (MG) condenou pais que retiraram seus dois filhos adolescentes da escola para ensinar-lhes em casa, prática que nos EUA é conhecida como "homeschooling", abre um importante debate sobre o papel da educação brasileira ("Juiz condena pais por educar filhos em casa", Cotidiano, 6/3). O juiz apoiou-se no artigo 55 do Estatuto da Criança e Adolescente, que obriga pais a matricular seus filhos na escola. Mas a questão não se atém à interpretação da lei. Ela é mais complexa e merece maior reflexão. Destaco quatro pontos que merecem maior aprofundamento:

1) Nossa cultura privilegia a responsabilidade da comunidade. É o oposto da cultura anglo-saxônica, que imputa ao indivíduo em qualquer idade a responsabilidade e a punição de seus atos julgados improcedentes. Em países latinos como o nosso, compreende-se que os adultos e a comunidade são responsáveis pela passagem da criança à vida adulta. Daí que um ato infracional de uma criança é depositado como responsabilidade de seus pais ou responsáveis. No caso dos adolescentes, a situação é mais complexa: considera-se que são responsáveis por seus atos, mas não imputáveis, justamente porque ainda transitam para a vida adulta. As medidas socioeducativas são ações de reeducação e socialização.

2) Esse desconhecimento atinge mais fortemente a classe média brasileira. Estudo recente de Amaury de Souza e Bolívar Lamounier apresenta um quadro estarrecedor, em que a família aparece como o mais importante agrupamento social confiável (para 85% dos pesquisados), superando em muito o segundo, de amigos (confiável para apenas 43%). A participação em organizações sociais é praticamente desconsiderada. Esse é um elemento cultural que compõe a "ideologia da intimidade", em que se desconsidera a solidariedade societária, as instituições e os espaços públicos. O caso de Timóteo reforça, na prática, a resolução de problemas com as políticas públicas pela própria família. No limite, estaríamos nos desgarrando socialmente, esgarçando a sociedade em ações individualistas.

3) Há outros exemplos que poderiam ter gerado inspiração nos pais no caso de Timóteo e que também são originários dos EUA, como é o caso da Charter School, escolas administradas por pais que são avaliadas periodicamente pelo Estado e até mesmo recebem subvenção pública. Mas essa opção não faz parte da cultura da classe média brasileira porque ela desconfia de tudo o que não é família.

4) O mais grave, contudo, é a banalização da educação como prática ao alcance de não profissionais. Tão grave quanto a situação da educação pública é a saúde e a segurança

públicas. Mas não houve nenhum movimento de cidadãos para operar os filhos em suas próprias residências ou para perseguir bandidos com armas privadas. O que faz uma família acreditar que sabe educar seus filhos em suas casas, desconsiderando a formação de tantos profissionais da área, sem que tenham habilitação, estudo e experiência? Por que não criamos uma articulação de pais para lutar pela melhoria da educação? Por que não se pensa o futuro dos outros filhos, dos brasileiros desconhecidos por nós? A educação é um ato solidário e de socialização. Autores reconhecidos, como Lev Vygotsky, comprovaram o quanto estímulos de turmas heterogêneas criam situações de desenvolvimento de muitas áreas da inteligência humana, além de desenvolver a tolerância diante do diferente. A educação restrita ao seu próprio lar é pobre e meramente instrumental.

Vivemos um período de banalização de tudo o que é público. Não percebemos o efeito bumerangue, que nos atinge em cheio, assim como atinge o futuro de nossos filhos. A saída isolada, de mero benefício aos membros de nossa família, a redução da educação ao sucesso individual é uma triste declaração de falência de nossa sociedade, da esperança de viver juntos, entre diferentes que se respeitam e que constroem soluções coletivas.

Talvez esses pais de Timóteo não merecessem punição em virtude de sua boa vontade e intenção. Mas eles erraram e não podem ser exemplo para nenhuma criança ou adolescente.

RUDÁ RICCI, 47, doutor em ciências sociais, é consultor educacional do SindUTE-MG (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais) e do Sinesp (Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo).